SUMÁRIO

Introdução 21

Primeira Parte

A PERSISTÊNCIA DA PRISÃO

Capítulo I – Uma instituição total em permanente mutação 33

1.1 O advento da prisão 35

1.2 A sociedade disciplinar, o modo de produção fordista e o estado de bem-estar social: uma dimensão includente 42

1.2.1 A *docilização dos corpos*: a conversão do preso indisciplinado no operário *útil* 42

1.2.2 O *welfare state* e seus deslocamentos: da patologia à privação, do tratamento à ressocialização 46

1.3 A derrocada do *welfare state*, a crise das disciplinas e as novas formas de controle: a perda da dimensão includente 49

1.3.1 Liberdade e controle numa *sociedade dual* 52

1.3.2 O apagamento da figura moral do criminoso e a incapacitação como finalidade do encarceramento 57

Segunda Parte

O SISTEMA PUNITIVO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Capítulo II – A transição democrática e a reforma penal dos anos 80: o tardio ingresso do ideal ressocializador 67

2.1 O debate sobre as prisões nos anos 80: o resgate da política 67

2.2 A jurisdicionalização da execução da pena: uma disputa pelo estatuto jurídico do preso 73

2.3 A CPI do sistema penitenciário, o novo Código Penal e a primeira Lei de Execuções Penais 78

2.3.1 O processo de institucionalização do debate sobre a questão carcerária (1975-1984) 79

2.3.2 A LEP e sua negação 85

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.4 A política de humanização das prisões em São Paulo e seu desfecho: a negação de direitos 91

2.4.1 Os precedentes: a gestão Manoel Pedro Pimentel (1975-79) 91

2.4.2 As medidas de humanização da gestão José Carlos Dias e sua oposição (1983-1986) 94

Capítulo III – O declínio do ideal ressocializador e a política criminal de exceção a partir dos anos 90 103

3.1 A legislação criminal de urgência e o encarceramento massivo 106

3.1.2 A Lei dos Crimes Hediondos e o *Sequestro da Política* 108

3.2 O papel do judiciário na política criminal de exceção 113

Capítulo IV – Uma política penitenciária calcada na exceção 123

4.1 A radicalização da violência institucional entre 1987-1994 e sua legitimação 123

4.2 O contexto de surgimento do Primeiro Comando da Capital – o PCC 131

4.2.1 O Centro de Readaptação Penitenciária de Taubaté, o "Piranhão", como espaço preferencial da *exceção* 131

4.2.2 Somos fortes onde o inimigo é fraco 140

4.3 A gestão de Nagashi Furukawa (1999-2006) e a nova racionalidade penitenciária 145

4.3.1 Precedentes: a questão criminal no primeiro mandato de Mario Covas (1995-1998) 147

4.3.2 A *exceção* generalizada do RDD e a "ressocialização" dos CRs: dois tempos de uma história 152

4.3.3 A nova LEP de 2003: a *soberania administrativa* e o novo estatuto jurídico do preso 165

Considerações Finais 177

Referências 181

Índice Alfabético 185

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br